

IMIGRAÇÃO ITALIANA: A OCUPAÇÃO DA (RCI), REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL E A CORRENTE MIGRATÓRIA ÍTALO-DESCENDENTE PARA O OESTE CATARINENSE 1875 - 1950

ITALIAN IMMIGRATION: THE OCCUPATION OF THE ITALIAN COLONIAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL AND THE MIGRATORY CURRENT ITALO-DESCENDANT FOR THE WEST CATARINENSE 1875 - 1950

Ismael Antonio Vannini¹

VANNINI, I. A. Imigração Italiana: A ocupação da (RCI), região colonial italiana do Rio Grande do Sul e a corrente migratória Ítalo-descendente para o oeste Catarinense. 1874-1950 **Akrópolis**, Umuarama, v. 24, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2016.

RESUMO: Propõe-se uma abordagem voltada para o tema da Imigração Italiana, delimitando-o para o processo de ocupação da RCI (Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul). Analisando o contexto do fenômeno de transladação humana do Norte italiano para as colônias da serra gaúcha, a ocupação e o modelo estrutural implementado pela comunidade italiana. Apresenta o conjunto de práticas adotadas pelo grupo étnico, que promoveu rápida e efetiva ocupação nas antigas colônias, sobretudo pelo excedente demográfico, logo, demandando novas frentes de colonização. O esgotamento das terras nas antigas colônias estimulou o deslocamento das correntes migratórias, os ítalo-descendentes empreenderam um novo processo colonizador, aos moldes das antigas colônias gaúchas, os filhos de italianos, sobretudo da terceira e quarta gerações, ultrapassaram o rio Uruguai para ocuparem o oeste catarinense.

PALAVRAS CHAVE: Imigração italiana; Colonização; Migração.

ABSTRACT: We propose an approach focused on the issue of Italian Immigration, delimiting it to the process of occupation of ICR (Italian Colonial Region of Rio Grande do Sul), analyzing the context of the Northern Italian human transfer phenomenon to the colonies of the Serra Gaúcha, the occupation and the structural model implemented by the Italian community. It displays the set of practices adopted by the ethnic group that promoted rapid and effective occupation in the former colonies, especially by the demographic surplus, thus demanding new fronts of colonization. The exhaustion of land in the former colonies stimulated the displacement of migratory currents, the Italo-descendants undertook a new colonizing process, with the moulds of the old gaucho colonies, the children of Italians, especially the third and fourth generations, crossed the Uruguay River to occupy the west of Santa Catarina.

KEYWORDS: Italian immigration; Colonization; Migration.

¹Doutor em História pela PUCRS. Professor da UNICENTRO- Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná- Guarapuava. Coordenador do Programa de História da UNICENTRO, extensão Coronel Vivida.

INTRODUÇÃO

O deslocamento das comunidades de língua italiana que emigraram para a América, sobretudo no final do século XIX e início do XX, almejavam, na sua maioria, a propriedade da terra. Imbuídas deste ideal e estimuladas pelos governos italiano e brasileiro, boa parte desta massa de camponeses se direcionou para RCI (região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul). Ali inauguraram um modelo estrutural econômico, que, realmente lhe permitiu a condição de proprietários minifúndios.

Esta abordagem se volta para a análise do processo imigratório e a ocupação da região de imigração. Seu modelo predominante com a unidade produtiva familiar viabilizou um complexo sistema produtivo, inseriu a região na conjuntura econômica do estado gaúcho e promoveu uma rápida e efetiva ocupação das terras destinadas ao projeto imigracionista. Tal modelo gerou um excedente demográfico que logo demandou novas frentes de ocupação.

Os ítalo-gaúchos descendentes das primeiras gerações dos imigrantes buscariam um novo espaço para assentar as famílias. Esta busca mantinha o ideal da propriedade, aquele trasladado ainda do velho mundo. Tal fenômeno promoveu um grande deslocamento humano, um novo processo de colonização, desencadeado pelas migrações internas. Como espaço demográfico de expansão, as terras ainda tidas como devolutas ou de espaços vazios, foram alvo do novo fluxo humano que se deslocava. Foi assim que o planalto gaúcho foi ocupado e logo em seguida, ultrapassando o Rio Uruguai, o Oeste catarinense se inseria no processo colonizador.

Além das questões demográficas, há que se considerar toda a força da política implementada pelo governo, importante e determinante foi o seu papel em todo o processo ocupacional. Além da campanha estimuladora, que se inaugurava ainda como forma de atrair os italianos do norte da Itália, as forças governamentais subsidiaram as frentes de colonização, a infraestrutura básica era geralmente promovida pela iniciativa pública. Consolidado o projeto nas antigas colônias gaúchas, o projeto se estendia, em moldes muito parecidos, nas novas frentes das terras catarinenses.

A historiografia por vezes define essas regiões ocupadas pela imigração e pelas mi-

grações, como “espaços vazios”. O que daria a entender que os colonizadores teriam chegado em determinado espaço geográfico e que este não era habitado por nenhum grupo humano. Vale lembrar que, tanto nas antigas colônias gaúchas, como aquelas do estado vizinho, eram povoadas por comunidades nativas, em que predominavam as tribos caingangues, do tronco guaraníco. Pela força do colonizador, estes grupos nativos se dispersaram em outras regiões do continente, outros se reduziram no interior das reservas.

CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO E A OCUPAÇÃO DA RCI (REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL)

Logo nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil apresentava uma carência latente de mão de obra assalariada. Isso ocorria porque a Inglaterra, grande potência econômica da época, impunha uma pressão sobre os países da América em geral. A pressão maior se assentava sobre a escravatura, modelo que contrastava com a sociedade industrial e de consumo que emergia, no qual a Inglaterra era a principal beneficiada. O Brasil, como se sabe, dependia basicamente de um modelo econômico agrícola escravocrata, daí a pressão inglesa para a abolição e a adoção de um sistema de trabalho assalariado. Havia, sobretudo, o interesse de expandir o mercado europeu para os países recém independentes.

Pioneiro da historiografia da imigração. T. Azevedo (1975) ressalta que ainda em meados da década de 1820, o governo imperial brasileiro patrocinou a trasladação de grande massa de imigrantes da Europa. Eram os alemães, que foram destinados principalmente a ocupar os vales férteis da depressão central do Estado do Rio Grande do Sul. Região que hoje engloba desde São Leopoldo até a região de Santa Cruz e Lajeado. Os germânicos receberam lotes de terra gratuitos e formaram comunidades de minifúndios policultores, fornecendo gêneros alimentícios, sobretudo, a capital do Estado, Porto Alegre. Vale lembrar que os alemães foram recrutados para a imigração e assentados em terras tidas como devolutas, deveriam cumprir a função de produtores agrícolas de base familiar. O que de fato ocorreu.

Em mais um projeto do governo, agora já no final do século XIX, precisamente no ano

de 1875, foi a vez dos italianos serem trasladados. Sem oportunidades em sua terra natal, embarcaram aos milhares nos navios a vapor e aportaram no novo mundo. Acreditando encontrar *la cucanha* (riqueza no dialeto italiano), muitos desembarcaram no porto de Santos e foram trabalhar na lavoura do café, substituindo o trabalho compulsório afrodescendente. Tema que as novelas da Globo já trataram com frequência, mas que precisa ser reconsiderado, isento dos apelos da mídia.

Outra parte das levas imigradas foi destinada a ocupar não mais terras férteis nos vales gaúchos, mas as terras acidentadas da serra. E não mais doadas pelo governo, mas agora financiadas, mesmo que em longo prazo, os colonos italianos tiveram que pagar pelos lotes. Analisando a formação dos núcleos familiares, Maestri (2000) explica que as terras foram retalhadas em losangos que mediam, em média, 250 metros de frente e 1000 metros de lado, a *colônia*, como os imigrantes a definiam. Em muitos casos, os colonos adquiriam meia colônia, que correspondia a uma medida de 250 por 500 metros.

As levas de imigrantes italianos que se deslocaram para o Brasil no final do século XIX faziam parte de um projeto dos governos brasileiro e italiano. As condições antagônicas dos dois países permitiram essa trasladação de massas humanas do Velho para o Novo Mundo. As comunidades campesinas do norte da Itália encontravam-se sem condições de subsistência, não possuíam acesso à propriedade da terra e a maioria dos camponeses era explorada como meeiro; arrendavam as terras dos grandes proprietários pagando-lhes tributos, subsistindo num modo de produção semifeudal. De Boni e Costa (1984, p. 82) na definição dos emigrados italianos: “A grande maioria era constituída por camponeses humildes, desprovidos de recursos, atraídos por propostas de agentes que atingiam, intencionalmente, as populações mais desamparadas do Vêneto, Lombardia, Trentino e Friuli.”

Vale lembrar que a unificação italiana perante as potências europeias iria se consolidar muito tardiamente, somente em 1871, quatro anos do início da imigração para o Brasil. O país lutava para se inserir no grupo das potências europeias, acenando com a bandeira da industrialização. Contudo, de modo geral, as massas campesinas do norte estavam de fora

dos planos do governo italiano, pois os investimentos da indústria concentravam-se no sul do país. Os camponeses meeiros encontravam-se à margem do desenvolvimento e excluídos dos investimentos da “Nova Itália”, originando uma massa de trabalhadores rurais sem o principal meio de sobrevivência, a terra. Para esses pequenos camponeses, o governo italiano planejava uma saída, a emigração, o que diminuiria a pressão demográfica e aliviaria a tensão deplorável dos despossuídos. Na definição de Constantino (1991, p.54) “A Itália estava entre os países mais pobres e populosos da Europa, com enorme oferta de mão de obra diante do escasso mercado de trabalho”.

Uma situação inversa vivia-se do outro lado do Atlântico, pois num país essencialmente agrícola como o Brasil, com importantes regiões desabitadas, a imigração era buscada, principalmente em se tratando de camponeses brancos europeus. A mão-de-obra livre era reivindicada tanto na lavoura do café, que sofria sua carência devido à abolição, como nas frentes de ocupação das terras devolutas. O país possuía grandes glebas de terras que precisavam ser estrategicamente ocupadas, por questões econômicas e geográficas. Para Constantino (1991, p.54) “A imigração intensificara-se, então, graças a razões da conjuntura brasileira representadas, principalmente, pelo aumento da produção de café, e, também, graças a razões da conjuntura mundial.”

A abundância de víveres produzidos nas encostas do Planalto é outro fator a considerar entre as diferenças entre os dois países. Battistel (1982) entende que, mesmo acidentadas, as novas terras representavam, antes de tudo, a sobrevivência, já há muito difícil na pátria-mãe. Em geral, havia condições favoráveis à trasladação humana, de modo que em pouco mais de meio século as terras devolutas estavam efetivamente ocupadas e a região, inserida no processo econômico do estado e do país.

Os detalhados relatórios das autoridades italianas que visitavam e inspecionavam o projeto da imigração são documentos que permitem identificar as condições existentes no momento da ocupação e formação dos núcleos coloniais. Alguns desses documentos foram transcritos e publicados por De Boni, facilitando seu acesso, sobretudo a outros historiadores. Em visita à região da imigração italiana no ano de 1889, o conde Pedro Antonelli descreveu como era fei-

ta a medição e a venda dos lotes coloniais aos imigrantes, bem como, as condições iniciais da vida na colônia:

É oportuna aqui uma breve explicação a respeito do modo como é regulamentada a imigração Rio-grandense. O governo faz, às suas custas, a delimitação de cada lote colonial, que possui em média 1.200 metros de comprimento por duzentos e setenta de largura, o que significa 30 hectares de terreno. O preço varia entre 1 e 5 réis o metro quadrado, e é amortizado em 5 anos, da forma que o agricultor prefere. Nos dois primeiros anos concede-se carência, e o governo não exige pagamento algum. O imigrante se possui família e é agricultor, é mantido por conta do Estado desde sua chegada no mesmo e tem direito de transporte gratuito até o núcleo colonial que escolhe por própria iniciativa e lhe vem indicado pela direção da imigração e colonização (DE BONI, 1983, p. 20).

Em meio às terras abundantes e acidentadas foram criadas as primeiras colônias italianas: Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, as chamadas “Colônias Velhas” de imigração. Para Vannini (2003) no fim do século XIX e logo nos primeiros anos do século XX, com o crescente fluxo de imigrantes e o avanço demográfico, o projeto da imigração demandou novas frentes de assentamento. Com a criação dos novos núcleos, a ocupação ultrapassou o rio das Antas atingindo as proximidades do Planalto brasileiro; em meados do século XX efetivava-se a ocupação das terras destinadas à imigração.

A carência dos meios de subsistência na qual se encontravam os segmentos camponeses mais pobres italianos no período da emigração, não lhes permitia um grande número de filhos. Maestri (2000) analisou a questão demográfica, sendo que na Itália, o camponês trabalhava as terras como meeiro ou possuía propriedade de pequena extensão. Necessitava reduzir a dimensão da família a essa realidade. No sentido contrário, na serra gaúcha, o contexto social e econômico determinou modificações culturais e ideológicas fundamentais que levaram a uma forte expansão demográfica.

Estruturada na economia familiar, a colonização italiana seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. Aos moldes cristãos, o matrimônio era a inserção na vida social, em que deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamen-

to sexual. Em contradição com as práticas europeias anteriores à emigração, o matrimônio se realizava cedo e almejava produzir uma família fecunda. Com base nos registros matrimoniais, Silveira (2000) revela que o casamento ocorria por volta dos 18 a 20 anos para o homem e 16 a 18 para as mulheres, o que otimizava radicalmente a capacidade reprodutiva da mulher.

Os lotes policultores disseminaram-se pela região serrana e atingiram o planalto gaúcho. Em pouco mais de quatro décadas, as terras destinadas à imigração estavam esgotadas e a região povoada. A rápida ocupação ocorreu, especialmente, pela alta natalidade das famílias ítalo-gaúchas, que adotaram uma política econômica que se baseava na mão-de-obra familiar. Os lotes de terreno acidentado exigiam a concentração de grande força de trabalho. Falando mais diretamente, o sucesso econômico de um núcleo familiar estava condicionado também ao número de filhos que o casal gerava. Os italianos de origem representaram um pequeno percentual. Foram os filhos dos descendentes das primeiras gerações que implementaram o projeto da ocupação. Esse fenômeno ocupacional deu origem ao movimento das correntes migratórias internas no Sul do Brasil, que se direcionou, sobretudo ao oeste catarinense.

A MIGRAÇÃO DOS ÍTALO-DESCENDENTES PARA O OESTE CATARINENSE

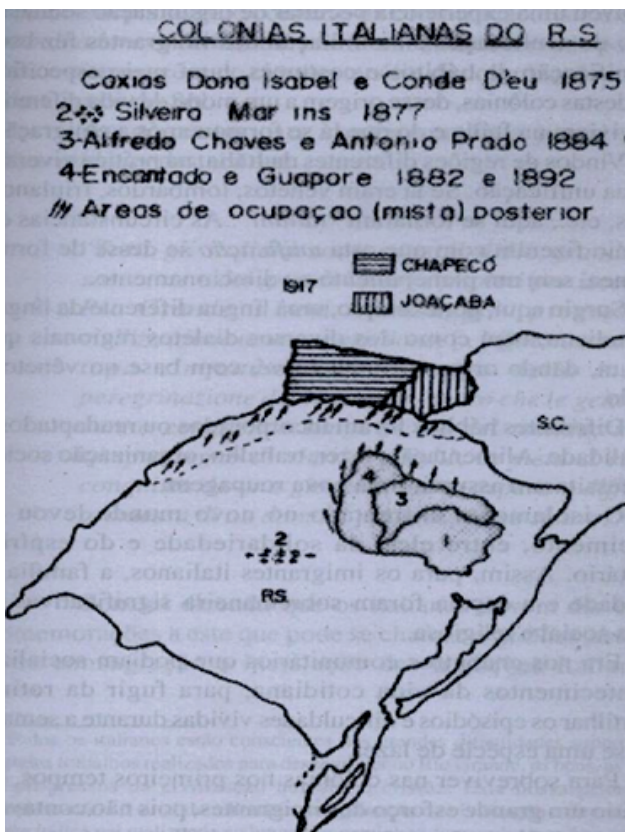
As massas imigradas ensejavam a posse da terra na nova Pátria. O ideal sempre fora acalentado desde o norte italiano e se manteve vivo nas gerações descendentes. Enquanto as terras abundavam, a política natalista compatibilizava com a oferta, em que os patriarcas assentavam sua prole com facilidade em lotes adquiridos junto ao governo. Nas primeiras décadas do século XX, parte do excedente demográfico das colônias antigas de imigração foi absorvido na região do planalto gaúcho, onde algumas famílias de língua italiana migraram para os municípios do Alto Uruguai. Porém, neste período o maior fluxo migratório era absorvido pelas frentes de ocupação do oeste catarinense.

Analisando a trajetória de italianos e ítalo-descendentes que deixaram a sua região de origem no Rio Grande do Sul e vieram em direção ao Oeste de Santa Catarina, o historiador e professor José Carlos Radin (2001, p. 99), destaca os elementos históricos da ocupação e

desenvolvimento da região após a chegada dos migrantes. “A colonização do atual oeste catarinense deu-se principalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Neste contexto, ocorreram profundas mudanças no quadro socioeconômico da região, pois o processo migratório provocou, para sempre, alterações na sua história”.

O autor se refere a criação dos principais núcleos colonizadores do oeste do Estado, entre eles destacam-se os municípios de Joaçaba e Chapecó, criados no ano de 1917. Destarte, a migração para a região oeste catarinense, desenvolveu um modelo estrutural semelhante se não idêntico ao das colônias italianas do RS. O próprio Radin (2001, p. 100), identifica os elementos estruturais e o ideal da posse da terra trasladados pela migração: “Os ítalos migraram, levando, além da esperança, a experiência vivida nas antigas colônias do Rio Grande do Sul e na Itália, e construíram uma história peculiar, intimamente ligada a terra.”

Mapa 1: Representação da região colonial italiana no Rio Grande do Sul e o deslocamento humano migratório para o norte do Estado e Oeste de Santa Catarina.



Fonte: FROSI, V. M.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Ediucs, 1986.

Os italianos que abandonaram a Europa no final do Século XIX levavam consigo a tradição e o ideal da posse da terra, comumente o trabalho agrícola e familiar. Essa tradição predominará na ocupação da serra gaúcha, do oeste catarinense e como veremos, do sudoeste do Paraná. A íntima relação dos imigrantes italianos e seus descendentes com o trabalho agrícola, observado no Rio Grande do Sul, estende-se a experiência que estes realizaram no oeste catarinense. Aqui, desenvolveram na sua pequena propriedade a policultura, que foi a base para o sustento familiar. Para Radin (2001, p. 1001) “Foi no trabalho da terra que, a princípio, a maioria dos imigrantes direcionados ao sul do Brasil buscaram realizar seu sonho na América. Além de representar a propriedade, a terra possibilitava-lhes o trabalho e este, por sua vez, a sobrevivência e a chance de vencer; coisas que no passado, nem sempre foram possíveis.”

A região oeste catarinense foi colonizada aos moldes da serra gaúcha, as terras até então devolutas, foram loteadas e negociadas com as companhias colonizadoras. Estas se encarregavam de enfatizar as “riquezas” da nova frente de colonização. Propagandas ufanistas chagavam ao RS, exaltando as condições quase sempre exageradas das terras em questão. Wachiviks (1987) diz que é importante lembrar que logo após o fim do conflito do Contestado, (1912 – 1916) envolvendo os Estados de Santa Catarina e Paraná, a região oeste catarinense apresentava condições propícias e estratégicas para sua ocupação.

Outro historiador catarinense e professor da Universidade do Contestado, Delmir Valentini (2003) identifica a estratégia ocupacional do extremo oeste de Santa Catarina após o conflito de fronteiras. No fim do conflito foram estabelecidos os limites entre os Estados, pelo acordo dividia-se praticamente ao meio o território contestado. Para Valentini, a definição dos limites em 1916, aumentou a preocupação do governo catarinense em relação as terras que passaram a lhe pertencer. A migração dos colonos ítalo-descendentes da serra gaúcha era uma estratégia imediata e perfeita.

A partir da resolução dos limites após a Guerra do Contestado, as empresas colonizadoras empreenderam forte propaganda das terras destinadas a colonização. Como vimos, os recém-criados municípios de Chapecó e Joaçaba, eram as referências para a venda dos

lotes. Para Radin (2001, p. 81) os estimulantes anúncios povoavam o imaginário dos colonos italianos, visto que as terras destinadas a imigração no RS estavam esgotadas. “Os donos das empresas de colonização no Rio Grande do Sul, diante da dificuldade em obter novas áreas para a comercialização naquele Estado, passaram a atuar na venda das terras desocupadas no este catarinense”.

Tratando o tema da colonização Historiadores da Faculdade de Palmas, publicaram um importante artigo nos Anais do Curso de História da Unipar- Campus de Francisco Beltrão. Entre outras contribuições, os autores identificam o fenômeno da migração para o oeste catarinense no contexto histórico da época: Rankel et al. (2003, p. 92) “A preocupação dos governos estaduais após o termino da Guerra do Contestado em 1916 e a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina em 1917, foi a ocupação destas áreas por imigrantes e a integração desta região a economia estadual e nacional.

Como ocorrera nas antigas colônias italianas no Rio Grande do Sul, as terras desocupadas do oeste catarinense foram retalhadas em pequenos lotes e financiadas aos colonos, as empresas colonizadoras fizeram a transação imobiliária e o governo criou a infraestrutura básica para o desenvolvimento da região. Ao descreverem a conjuntura deste projeto ocupacional, os historiadores da Facipal nos permitem observar as forças atuantes na colonização e a extensão do padrão colonizador da serra gaúcha:

A primeira opção política para a consolidação do projeto de colonização, foi a criação de alguns municípios na região. Esta divisão em municípios atendia os interesses das colonizadoras e do governo estadual. Era necessário introduzir um projeto de colonização capaz de promover o povoamento e o desenvolvimento da região (RANKEL et al., 2003, p. 92).

Muitas das empresas colonizadoras que atuaram na transação imobiliária das terras destinadas a imigração no RS, trataram de estender seus negócios além do Rio Uruguai. O extremo oeste catarinense era a nova região a ser desbravada, como vimos, nas primeiras décadas do século XX, a região fora apaziguada e delimitada nas suas fronteiras, estava pronta para receber o excedente demográfico das colônias italianas gaúchas. O historiador e professor do programa de mestrado da UPF, João Carlos Te-

desco ao tratar das companhias imobiliárias da colonização, descreve como estas deslocaram seus negócios do Rio Grande do Sul para Santa Catarina:

Na região destinada a imigração, constituíram-se inúmeras empresas imobiliárias destinadas ao comércio de terras, muitas das quais migraram daqui (Região Colonial Italiana), para outras regiões e para outros estados, principalmente após o início da década de 1920, para o meio oeste catarinense, região de Chapecó, como foi o caso da colonizadora Bertasso, Maia e Cia, uma das maiores no ramo (TEDESCO, 2002, p. 197).

De ocupação posterior, o oeste catarinense desenvolveu um modelo étnico e estrutural que se estendeu das antigas regiões de colonização italiana, do vizinho Estado do Rio Grande do Sul. A preservação do modelo estrutural minifúndio e policultor, com famílias numerosas que sustentavam o núcleo econômico na exploração do trabalho braçal. Estes padrões transplantados, logo cumpriram as metas do projeto, como ocorrera na região de origem, as terras devolutas e estratégicas estavam ocupadas e inseridas no contexto econômico.

Ao ingressar na década de 1950, tanto as colônias do Rio Grande do Sul como as de Santa Catarina, apresentavam uma nova carência de terra, o fluxo migratório se estenderia para o sudoeste do Paraná. Nesta região a política varguista propiciou o assentamento de centenas de famílias migrantes, provenientes das antigas colônias do Rio Grande do Sul e com o incremento demográfico das colônias do oeste catarinense. No entanto, a ocupação do sudoeste paranaense e o conflito agrário ali deflagrado merecem capítulo a parte.

CONCLUSÃO

Os fenômenos migracionistas da etnia ítalo-descendente no sul do país precisam ser considerados no contexto amplo da história da imigração. As estratégias dos governos brasileiro e italiano, ao promoverem a transladação de massas humanas da Europa para a América, representavam muito mais que o simples anseio pela terra, presente nos camponeses despossuídos. Antes de tudo a imigração se inseria na complexidade estrutural das potências europeias e nas transformações políticas e econômi-

cas do Império brasileiro.

O governo italiano não tinha outra saída a não ser expatriar os camponeses do norte, as condições paupérrimas em que viviam poderiam deflagrar movimentos de inquietação social. A política econômica italiana, estava voltada para a industrialização, sendo que e as massas camponesas já não estavam nos planos do futuro do País. Sendo o que restava no momento era a emigração, tanto para o governo, comumente aos despossuídos camponeses.

Do outro lado do Atlântico, um País com grandes extensões de terras desocupadas, as massas camponesas seriam recrutadas para suprir a mão de obra e para o preenchimento estratégico dos vazios demográficos. No Brasil Imperial, certas fronteiras ainda estavam desprotegidas e determinadas regiões precisavam ser inseridas no contexto econômico. As terras devolutas como no RS, impróprias para pecuária só poderiam ser ocupadas por aqueles que se propunham ao trabalho braçal e a policultura da pequena propriedade.

Esgotadas as terras nas regiões antigas de colonização, a etnia italiana avançou para novas frentes de ocupação no sul do Brasil. Nas correntes migratórias internas, como passaram a ser definidas, avançaram em direção aos vazios demográficos, cumprindo interesses objetivos e subjetivos do contexto histórico e econômico. Sustentando o ideal trazido da Europa, os ítalo-descendentes imprimiram um modelo ocupacional relativamente homogêneo, implementando-o nas frentes novas de ocupação étnica.

A comunidade italiana e ítalo-descendente, que ocupou as antigas colônias de imigração da serra ainda no final do século XIX, adotou, sob circunstâncias conjunturais, uma prática natalista que incrementou grandemente o avanço demográfico da etnia. Demandando terras, a comunidade étnica se direcionou para as novas frentes de colonização. Para além do planalto gaúcho, adentraram no oeste catarinense.

Apesar de italianos e ítalo-descendentes predominarem, como elemento étnico, na ocupação das regiões aqui delimitadas, devemos lembrar a importância e reconhecida participação de outras etnias, bem como de outros estados na ocupação e colonização destas regiões. No entanto, limitamo-nos ao percurso imigratório e migratório do elemento de origem italiana, visto que esta é a proposição temática da presente pesquisa. Outros trabalhos alusivos aos diferen-

cias étnicos da ocupação destas regiões são importantes abordagens de outros historiadores. E são merecedores de estudos ainda mais sistematizados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. **Italianos e gaúchos: os anos primeiros da colonização italiana no RS**. Porto Alegre: A Nação/IEL/DAC/SEC, 1975. 211 p.

BATTISTEL, A; COSTA, R. **Assim vivem os italianos**. Caxias do Sul: Ediucs, 1982. 318 p.

BATTISTEL, A. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Grafosul, 1981. 110 p.

RANKEL, L. F. et al. **O processo colonizador e civilizador: Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2003. 270 p.

COSTA, R.; DE BONI, L. A. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 1984. 221 p.

CONSTANTINO, N. S. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: EST Edições, 1991. 196 p.

DE BONI, L. A. **A Itália e o Rio Grande do Sul: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas**. Porto Alegre: EST Edições, 1983. 185 p.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Ediucs, 1986. 120 p.

MAESTRI, M. **Raízes italianas do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ediuopf, 2000. 236 p.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001. 182 p.

SILVEIRA, J. P. **Da Itália a Vanini**. Casca: Koinonia, 2000. 98 p.

TEDESCO, J. C. **Madeireiros comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900 – 1960)**. Passo fundo: EDIUPF, 2002. 282 p.

VANNINI, I. A.

VALENTINI, D. **Da cidade santa a corte celeste:** Memórias de sertanejos e a guerra do contestado. Caçador: Edições UNC, 2003. 210 p.

VANNINI, I. A. **O sexo, o vinho e o diabo:** Demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970). 2ª ed. Passo Fundo: UPF Editora; Porto Alegre: EST, 2003. 248 p.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Vicentina. 1987. 271 p.

INMIGRACIÓN ITALIANA: LA OCUPACIÓN DE LA (RCI) REGIÓN COLONIAL ITALIANA DEL RIO GRANDE DO SUL Y LA CORRIENTE MIGRATORIA ÍTALO DESCENDIENTE PARA EL OESTE CATARINENSE. 1875 – 1950

RESUMEN: Este artículo propone un enfoque centrado en el tema de la Inmigración Italiana, que delimita el proceso de ocupación de la RCI (Región Colonial Italiana del Rio Grande do Sul). Analizando el contexto del fenómeno de traslado humano del Norte Italiano a las colonias de la Serra Gaucha, la ocupación y el modelo estructural implementado por la comunidad italiana. Se muestra el conjunto de prácticas adoptadas por el grupo étnico, que promovió la ocupación rápida y eficaz en las antiguas colonias, sobre todo por el excedente demográfico, luego, exigiendo nuevas frentes de colonización. El agotamiento de las tierras en las antiguas colonias estimuló el desplazamiento de las corrientes migratorias, los descendientes Italianos emprendieron un nuevo proceso de colonización, a los moldes de las antiguas colonias gauchas, los hijos de italianos, especialmente la tercera y cuarta generación, cruzaron el río Uruguay para ocupar el oeste de Santa Catarina.

PALABRAS CLAVE: Inmigración Italiana, Colonización, Migración.